

Biblio3W

REVISTA BIBLIOGRÁFICA DE GEOGRAFÍA
Y CIENCIAS SOCIALES

Universidad de Barcelona
ISSN: 1138-9796.
Depósito Legal: B. 21.742-98
Vol. XX, núm. 1.128
5 de agosto de 2015



O desafio da pós-graduação no Portal Amazônico maranhense

Olga Cabrera

Universidade Federal do Maranhão
olgarosacgarcia@gmail.com

Julia Kátia Borgneth Petrus

Universidade Federal do Maranhão/ Brasil –UFMA
jpetrus@hotmail.com

Rickley Leandro Marques

Universidade Federal do Maranhão/ Brasil – UFMA
rickleymarques@hotmail.com

O desafio da pós-graduação no Portal Amazônico maranhense (Resumo)

Amazônia maranhense é a região mais devastada de toda a Amazônia tem apenas 20% da floresta original. As áreas conservadas são: a reserva biológica do Gurupi e as terras indígenas Awá e Guajá e alguns quilombos. Existe um grande passivo ambiental decorrente do não cumprimento da legislação por parte dos proprietários (Áreas de Proteção Permanente, Código Florestal). Os serviços ambientais da floresta são muito deficitários e na região permanecem a poluição das águas e outros problemas socioambientais. O curso de Pós-Graduação UFMA é o primeiro espaço público na região que propõe atuar como mobilizador da sociedade para o cumprimento da legislação quanto a medidas para a recuperação das áreas com risco de integridade da Reserva Biológica e das terras indígenas e quilombolas. A Pós-Graduação pode apoiar a promoção da economia criativa, visando à sustentabilidade social e ambiental da região.

Palavras-chave: Amazônia maranhense, pós-graduação, interdisciplinaridade, ambiente.

The defiance of post-Graduate in the Amazon Maranhão portal (Abstract)

The Amazonia of Maranhão, the region most devastated the entire Amazonia, has only 20% of the original forest. The conserved areas are: The Gurupi biological reserve and the indigenous lands

Recibido: 6 de enero de 2015
Revisado: 4 de mayo de 2015
Aceptado: 15 de junio de 2015

Awá and Guaja and some maroons lands. There is a great environment liabilities arising from non-compliance with the legislation from the part of the owners (Permanent Protection Areas, Forest Code). The environmental services of forest are very deficient and in the region remain water pollution and other socio-environmental problems. The Pos-Graduate course is the first public space in the region that will serve as a mobilizer of society, clarifying the importance of complying with the laws and requirement of the measures for the recovery of the areas at risk and to guarantee protection and maintaining the integrity of indigenous and maroons lands and the biological reserve. In fact it is important to promote economic activities that contribute to the social and environment sustainability of the region.

Key words: Maranhão Amazonia, pos-graduate course, interdisciplinarity, environment.

El desafío del postgrado en el Portal Amazónico marañense (Resumen)

Amazonia marañense es la región más devastada de toda Amazônia tiene solo un 20% de la floresta original. Las áreas conservadas son: la reserva biológica do Gurupi y las tierras indígenas Awá y Turiaçu de los índios Guajá, en la parte sur del Estado y algunos quilombos. Existe un gran pasivo ambiental debido al incumplimiento de la legislación por parte de los propietarios (Áreas de Protección Permanente, Código Florestal). Los servicios ambientales en la floresta son muy deficitarios y en la región permanecen la polución de las aguas y otros problemas socio-ambientales. El curso de postgrado de la UFMA es el primer espacio público en la región que se propone actuar como movilizador de la sociedad para el cumplimiento de la legislación en cuanto a las medidas para la recuperación de las áreas de riesgo para la integridad de la Reserva Biológica y de las tierras indígenas y cimarronas. El postgrado puede apoyar la promoción de la economía creativa, orientada a la sostenibilidad social y ambiental de la región.

Palabras-clave: Amazonia marañense, postgrado, interdisciplinarietà, medio ambiente.

O Portal do Amazonas no Maranhão é a entrada, o corredor natural para o acesso à floresta amazônica. A terceira parte dos 6.569.683 habitantes do Estado de Maranhão (Censo de 2010, IBGE) localiza-se na Amazônia Maranhense que ocupa 40% da superfície do Estado, sendo que a Baixada Maranhense Ocidental é uma das microrregiões da Amazônia Maranhense. A cidade de Pinheiro é polo econômico, político e cultural dessa microrregião, conta com menos de 80 000 habitantes, uma densidade populacional menor para as características brasileiras, porém, com uma extensiva diversidade física, natural e social. São constatados, em alguns locais, vários ecossistemas como a floresta original amazônica, terras alagadas e lagos, manguezais nas zonas costeiras e a floresta secundária de cocais, resultante do desmatamento durante o período colonial. Esta última tem garantido a conservação de algumas espécies da flora e da fauna amazônicas¹.

O território da Amazônia Maranhense e sua diversidade estão em risco. Também nela mora o maior número de comunidades tradicionais negras de todo o país. Conforme informações do Programa Despoluição de Bacias Hidrográficas (PRODES), e do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE) a situação é caótica. Em 2010, 71,05% da floresta do Estado de Maranhão tinha sido desmatada; de 1984 a 2000 a taxa de desmatamento da área de floresta ombrófila na região teve média de 1,62% ao ano. Em 2011, Amazônia Maranhense

¹ Múniz, 2006, p. 53-59

tinha menos de 25% de sua vegetação original. Essa perigosa tendência vai continuar pela permanência da adulteração da informação sobre a Amazônia Maranhense dentro do Estado. Marlúcia Bonifácio Martins, organizadora e editora de duas importantes obras do Museu Goeldi sobre Amazônia Maranhense, afirma que a divulgação em textos escolares maranhenses do conceito pré-amazônico “induz a uma diferença que não existe”². O Maranhão é, portanto, o único estado que divulga outro conceito para definir Amazônia, chamando-o de pré-Amazônia. Isso é devido ao predomínio do agronegócio na política do Estado.

O percentual da propriedade que deve ser registrado como Reserva Legal (sob o poder de intervenção da administração do Estado para garantir a preservação ambiental) vai variar de acordo com o bioma e a região em questão, sendo: 80% em propriedades rurais localizadas em área de floresta na Amazônia Legal. Isso explica o objetivo do agronegócio, empresariado muito vinculado à política no Maranhão de eliminar esse obstáculo na Amazônia Maranhense. Para os ruralistas, se trata de que a reserva legal poderia cair ao limite de 50% considerada como área de reserva para o cerrado. No ano de 2009 tais empreendedores se uniram para que o Maranhão fosse retirado da Amazônia Legal³. Essas campanhas têm impedido o zoneamento econômico-ecológico da região o que significa um obstáculo para o aporte dos investimentos federais. Desse modo, o zoneamento no Maranhão ficou limitado à região do cerrado, onde impera o agronegócio.

O panorama social da Amazônia Maranhense não é mais otimista que o natural. As lideranças quilombolas são frequentemente vítimas de jagunços, além de o Estado do Maranhão ter os mais baixos indicadores sociais do país (Plano Estratégico de Desenvolvimento Industrial do Maranhão – PDI), embora seja considerado um dos membros da federação brasileira de maior potencial econômico pela abundância e diversidade dos seus recursos naturais e pela sua localização estratégica. A rodovia que liga o Maranhão ao Pará passa por Pinheiro (na parte amazônica). No entanto, a ferrovia fundada no ano de 1987, que beneficia o agronegócio liga os dois estados (de São Luís rumo sul) e é também utilizada para o traslado dos miseráveis imigrantes maranhenses. Quanto ao setor hidroviário, o porto do Itaqui possui um amplo sistema de produção e transmissão de energia. O Maranhão destaca-se ainda pela grande mobilização de investimentos privados nas áreas de transporte e energia e de recursos do Programa de Aceleração do Crescimento do Governo Federal– PAC.

A economia do Estado está estruturada em dois grandes eixos de desenvolvimento e integração: engloba macro cadeias produtivas do agronegócio (alimentos e energia); sobressai a moderna produção da região sul (cerrado), onde se expande a soja, o milho, a cana-de-açúcar e a pecuária; e o complexo mineiro-metalúrgico, concentrado na parte oeste e norte (São Luís)⁴.

Esses dois eixos expressam um potencial econômico, embora com graves riscos ambientais. Mais perigoso ainda é que esse desenvolvimento não é condizente com a situação social, uma vez que o agronegócio tem provocado grandes emigrações de maranhenses para o Pará, Goiás, São Paulo e outras regiões na busca de emprego e melhores condições de vida. Pela ferrovia e pelas rodovias migram diariamente com

² Martins; Oliveira, 2011.

³ Grupo permanente de trabalho interinstitucional, 2011.

⁴ Almeida, 1976.

direção às plantações de soja, cana-de-açúcar, centenas de maranhenses. Entretanto, o Maranhão continua sendo o estado mais pobre do Brasil, com a mais baixa renda *per capita*.

Pelos resultados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) divulgados pelo IBGE em 2012, o Maranhão apresentou um baixo desempenho, chegando a ficar na lanterna, com baixos desenvolvimento e distribuição de renda. A pesquisa mede o crescimento e o peso das classes sociais dentro do cenário econômico de cada estado, mostrando também se houve ou não mudança de classe para os indivíduos. Alagoas, Piauí e Maranhão vinham compartilhando o mais baixo índice de Desenvolvimento Humano do Brasil, embora o Piauí tenha obtido, anos depois, melhores resultados.

No ano de 2008, 4% da população brasileira migrou para a classe pobre (ou classe D), no entanto, no Maranhão o número foi de 16% nesse mesmo período. Essas pessoas ganham desde meio a um salário mínimo. Todavia, no ano de 2012, o Maranhão tinha o menor percentual de pessoas com mais de 16 anos ocupadas em trabalhos formais: Brasil 56,9%, Nordeste 38,6% e Maranhão 25,5%. No entanto, a informalidade no Maranhão mantém o maior percentual 43,1% em todo Brasil, Nordeste 61,4 e, Maranhão 74,5%. Esta distribuição do perfil da ocupação comprime o nível de renda e amplia as baixas condições de vida da população.⁵ Em relação ao dinamismo da economia maranhense nas últimas décadas, o proclamado crescimento do agronegócio no sul do Estado, não tem trazido o esperado incremento de emprego e renda.

A Federação das Indústrias do Estado do Maranhão (FIEMA) afirma que existe um atraso social que compromete a própria capacidade da economia estadual, devido à baixa escolaridade e alta carência de serviços, tais fatores vinculam-se à urbanização. Porém, a população do Estado tem um acréscimo da parcela urbana de 4,85% ao ano desde 2007. No ano de 2009, a população com idade entre 15 e 29 anos que no ano de 2000 era de 1.660.227, passou para 1.957.391 (IBGE/2010). As maiores taxas de urbanização do Brasil estão nos estados mais desenvolvidos do Sul, Sudeste e Centro Oeste⁶. O Nordeste apresentou menor taxa de urbanização, 73,4 em 2012 e o Maranhão, dentre todos os estados brasileiros, é o que tem a menor taxa de urbanização (58,9%), bem abaixo da média nacional em 2012 (84,5%).

Outro indicador utilizado internacionalmente para estudar a situação social é a razão de dependência⁷. Elaboramos duas análises, uma baseada no Estatuto do Idoso⁸ que leva em conta que a população potencialmente ativa se encontra entre as idades de 15 a 59 anos e a segunda tomou por base a referência internacional de comparação, na qual a idade das pessoas com potencial ativo é de 15 a 64 anos. Sendo assim, na primeira análise, o Maranhão apresenta a mais alta razão de dependência de todo o país. Brasil 52,3, Nordeste, 60,3 e Maranhão 66, seguido do estado de Amazonas com 64,6. Na segunda análise, a pior

⁵ Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios PNAD 2012.

⁶ Apesar do questionamento da literatura sobre o tema da migração do campo à cidade, a urbanização tem trazido melhores condições de vida para as populações.

⁷ Índice de dependência total é a relação entre a população jovem e idosa e a população em idade ativa, definida habitualmente como o quociente entre o número de pessoas entre 0 a 14 anos conjuntamente com as pessoas com 65 ou mais anos e o número de pessoas com idades compreendidas entre 15 e 64 anos.

⁸ Estatuto do Idoso do Brasil - Lei N 10.741, DE 1º de Outubro de 2003.

razão de dependência ficou com Roraima 66,9, seguida de Maranhão 66,0⁹. Apesar da expansão da economia em algumas regiões do Maranhão, o PIB per capita maranhense experimentou um crescimento apenas modesto no período. A desigualdade de investimentos no território maranhense mantém zonas altamente esmagadas como é o caso da Baixada Maranhense e da cidade de Pinheiro, dentre outras. De um modo geral, os indicadores sociais continuam muito baixos e, na maior parte, inferiores à média do Nordeste, configurando um quadro de pobreza crônica e generalizada¹⁰.

Os baixos indicadores sociais do Maranhão terminam por afetar a própria estrutura da economia, a forma de distribuição da renda e, particularmente, o padrão de ocupação da força de trabalho. Nesse aspecto, observam-se fortes componentes de subemprego e informalidade, responsáveis pela baixa produtividade e má qualidade dos bens e serviços produzidos. Em sequência, outro indicador que demonstra, de forma clara, a forte concentração da renda no Maranhão é a relação entre os rendimentos médios dos 10% mais ricos e os 10% mais pobres, cujo valor, em 2007, era de dezoito vezes a diferença entre eles. Este quadro de forte desigualdade repercute em diferentes aspectos da vida social, inibindo o consumo e impedindo o acesso aos serviços e à posse de bens duráveis, essenciais ao conforto e bem-estar da população.

A educação no Estado do Maranhão apresenta baixos indicadores no ensino básico, contudo as universidades têm-se pautado pelo crescimento baseado na inclusão social. E, nesse sentido, a Universidade Federal do Maranhão mantém uma posição de vanguarda dentre as instituições de educação superior.

A Universidade Federal do Maranhão e a educação no estado de Maranhão

Por mais de quatro décadas de existência, a UFMA tem contribuído para o desenvolvimento do Estado do Maranhão, formando profissionais nas diferentes áreas de conhecimento em nível de graduação e de Pós-Graduação, empreendendo pesquisas voltadas aos principais problemas do Estado e da Região, desenvolvendo atividades de extensão e de organização social, de produção e inovações tecnológicas, de capacitação de recursos humanos e de valorização da cultura. Porém a ação fundamental da UFMA tem ficado, durante anos, restringida a São Luís. Assim sendo, a UFMA precisa romper com a assimetria em relação ao desenvolvimento educacional.

A importância da expansão e desenvolvimento dos cursos universitários dirigindo-se para o interior do Estado foi uma urgência apresentada em vários momentos da história da UFMA. As diferenças sociais entre a capital e o interior estimularam políticas endereçadas a melhorar a situação de jovens, cuja pobreza os coloca sem alternativas para continuar os estudos universitários, considerando que o interior do Maranhão ainda há poucas universidades. A projeção do plano da interiorização da UFMA esteve encaminhada à extensão da formação universitária ao interior do Estado. Para concretizar essa missão, buscou pautar sua função acadêmica pelo desenvolvimento das atividades de ensino integradas às de pesquisa e extensão, na perspectiva da formação de profissionais

⁹ Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios PNAD 2012.

¹⁰ May, 1990; Mesquita, 2006.

qualificados não só para o mercado de trabalho, mas também de pesquisa, tornando-os cidadãos aptos a desempenhar seu papel na sociedade.

A ausência de espaços de educação universitária no interior do estado do Maranhão prolongou-se por muitos anos. Com o planejamento de expansão da UFMA do ano de 1978, apenas foi considerado Chapadinha, centro do agronegócio no estado de Maranhão e priorizada por encontrar-se na área de zoneamento econômico-ecológico. Os municípios mais afetados pelos baixos índices educacionais são os localizados na região amazônica, onde há um maior número de comunidades submetidas a contínuas violências. No final de 1979, foi inaugurado o segundo campus da UFMA na cidade de Imperatriz¹¹. No caso da cidade de Pinheiro, sua primeira unidade universitária foi inaugurada apenas no ano de 2010, mesmo considerando que a cidade atua como centro da Baixada Ocidental Maranhense e se localiza na Amazônia Legal e possui zonas de reserva ambiental do bioma amazônico em risco.

A interiorização continuou seu avanço em 2010, com a aprovação do Governo Federal do plano de expansão das redes federais de educação profissional, científica e tecnológica e o Programa de Expansão e Reestruturação das Universidades Federais (REUNI, 2010). Os grandes investimentos empreendidos pelo REUNI facilitaram a criação de outros campi com melhores condições estruturais e ampliação para os já existentes. Foram criados: São Bernardo, Grajaú, Codó, Bacabal e Pinheiro, todos atualmente em funcionamento. Pinheiro (conjuntamente com as unidades de Grajaú, Bacabal, São Bernardo, Codó), iniciou suas atividades no segundo semestre do ano de 2010, ainda com muitas carências. Por isso, houve uma grande mobilidade dos professores (a proposta do corpo permanente elaborada para o projeto de Pós-Graduação teve de ser refeita três vezes para São Luís e até para outros estados). As licenciaturas no interior são interdisciplinares, e no caso de Pinheiro foram organizadas em dois módulos: Licenciatura em Ciências Naturais e Licenciatura em Ciências Sociais e Humanas, aportando uma experiência na interdisciplinaridade que tem beneficiado o projeto de Pós-Graduação Interdisciplinar em Estudos Ambientais.

O projeto elaborado para a Pós-Graduação no Interior pautou-se pela solução dos problemas derivados da assimetria entre as universidades. Assimetria esta que foi apontada pela CAPES na GEOCAPES, base de dados da CAPES que reflete a situação da Pós-Graduação nos estados e municípios de todo o país. Desse modo, a proposta do Mestrado Interdisciplinar em Estudos Ambientais na cidade de Pinheiro, dentro do espaço maior da Amazônia Maranhense, foi percebida como um passo endereçado a reverter as assimetrias da Pós-Graduação brasileira, especialmente no Maranhão. A concentração populacional nessa região, terceira parte do total do Estado e o fato de a cidade abrigar grande número de paraenses, em busca do curso de graduação, revelam alto potencial da demanda para o curso.

As variáveis numéricas dos diferentes indicadores da GEOCAPES, se comparadas com outros Estados, mostram que o desenvolvimento da Pós-Graduação no Maranhão encontra-se na escala mais baixa, o que significa também receber menos investimentos da CAPES. Não resta dúvida que a presença da FAPEMA, instituição financeira que recebe recursos do Estado e da União para o desenvolvimento das pesquisas, tem matizado o referente a

¹¹ Resolução N° 83- Consuni, Cruz, 2012.

investimentos, mas vale a pena revisar esses dados e orientar políticas de desenvolvimento da Pós-Graduação com o apoio à criação de pós-graduações no interior, adotando também controles mais eficientes da qualidade dos programas já existentes.

O programa de Pós-Graduação de Pinheiro é uma resposta positiva para o marco da Pós-Graduação no Maranhão e para a consolidação do projeto de interiorização da Universidade. A concentração da Pós-Graduação e seus recursos na capital São Luís incidem no aprofundamento da desigualdade regional, além da falta de perspectivas para os professores e estudantes dos campi, segundo relatos dos próprios professores, durante os seminários do Mestrado Interdisciplinar em Estudos Ambientais.

A importância do programa de Pós-Graduação para a região vai residir nas possibilidades de incremento da educação no Estado do Maranhão, na criação de expectativas para o desenvolvimento sustentável regional amazônico, perante as probabilidades que oferece a localização estratégica da cidade de Pinheiro e outras cidades envolvidas. Desta forma, a UFMA cumprirá com seu papel de pertinência social mediante pesquisas que potencializam esse desenvolvimento, mostrando os problemas do interior maranhense no intuito de oferecer orientação para as políticas públicas.

Ambiente e Cultura: suas relações no projeto de Pós-Graduação

A ideia da criação da Pós-Graduação em Pinheiro teve por objetivo conferir visibilidade às atividades dos professores da UFMA no interior e poder garantir uma maior estabilidade no seu quadro docente, além da necessidade de contribuir na articulação dos ensinos universitário e básico, com a incorporação da pesquisa compromissada com a região. Apesar de o contexto Amazônia Maranhense constituir-se num espaço preferido dos pesquisadores (da UFMA, UEMA-Universidade Estadual do Maranhão em São Luís e até daqueles fora do Estado) não existem vínculos formais desses pesquisadores com a região. Consequentemente o ensino básico, durante anos, continuou ostentando os mais baixos indicadores do país. Para o grupo de pesquisadores localizados na UFMA-Pinheiro a urgência não é, apenas, localizar um objeto de pesquisa, mas, transformá-lo a fim de promover uma maior articulação entre a Universidade e a sociedade.

Assim sendo, o desenvolvimento da Pós-Graduação no interior do Estado do Maranhão visa o estudo e conservação do contexto ambiental em todas as suas expressões: físicas, naturais, tecnológicas, sociais, culturais, econômicas etc., bem como o aperfeiçoamento do ensino em todos os níveis. Para tanto, propõe:

- Estimular a criação da pesquisa experimental e interdisciplinar direcionada ao desenvolvimento sustentável da microrregião da Baixada Maranhense e da região amazônica maranhense como um todo;
- Socializar fontes, experimentos, informações, canais, recursos humanos e financeiros em estudos ambientais, tendo como centro a UFMA-Pinheiro;
- Relacionar a diversidade ambiental à valorização das culturas, para garantir as bases da defesa patrimonial regional;

- Fomentar projetos de cooperação acadêmica entre os diversos centros de pesquisa para fortalecer as pesquisas na região e seus núcleos com o intuito de consolidar a pós-graduação no interior da UFMA;

- Estimular o debate acadêmico a respeito das mais recentes pesquisas científicas, obras e ações que estimulem aprofundar o conhecimento da Amazônia Maranhense e seus diversos ecossistemas, com preferência para a diversidade da floresta amazônica maranhense (Gurupi e a reserva do Rebio, os manguezais da Amazônia costeira, a floresta secundária dos cocais, lagos etc.);

- Estabelecer o debate científico sobre as diversas expressões culturais e a fusão socioambiental dos agentes sociais e étnicos e o seu papel na sociedade, estimulando o respeito às diferenças e o estabelecimento de relações mais igualitárias.

A criação de um campo de pesquisas no interior do Estado para transformar o ensino básico em importante campo experimental para professores e alunos de Pós-Graduação, deve contribuir com a articulação entre o ensino básico e a Universidade. Nesse sentido, as propostas para a articulação da Pós-Graduação da UFMA interior com o ensino básico visam:

- Promover pesquisas em torno do tema do ambiente que contribuam para a revisão das diretrizes e orientações curriculares e dos processos de ensino e de aprendizagem em todos os níveis;

- Prosseguir sobre bases mais firmes, a formação continuada para professores em exercício no ensino básico;

- Desenvolver os laboratórios de ensino-aprendizagem: de ciências naturais (química, física, matemática, biologia) e de ciências sociais, envolvendo também a criação de metodologias, materiais didáticos, pedagógico-tecnológicos dentre outros meios;

- Fomentar espaços de museus para receber os alunos de ensino básico e oferecer conhecimentos sobre as pesquisas em andamento na universidade de maneira didática e prazerosa;

- Proporcionar a divulgação dos bens materiais e imateriais no município e na Universidade em busca de destacar as diversidades bióticas e culturais nas suas funções educativas e sociais.

Levando-se em consideração a dinâmica atual do mercado de trabalho, as possíveis atuações do profissional formado pelo Mestrado Interdisciplinar em Estudos Ambientais, devem ser orientadas para: monitoramento e gerenciamento de recursos naturais e da biodiversidade mediante procedimentos científicos, subsidiando políticas públicas; ações que tenham como base a área ambiental; estudo e aprofundamento das dificuldades regionais do ensino nos seus diferentes níveis, visando seu desenvolvimento, focalização dos contextos ambientais, amazônico e outros, assim como da interdisciplinaridade no desenvolvimento da pesquisa e do ensino nos seus diferentes níveis; desenvolver o espírito de pesquisa com uma concepção humana que leve em conta as dimensões biológica,

psicológica, educacional, histórica, cultural, econômica e histórica, com competências que permitam ações voltadas para a promoção da qualidade de vida nas diferentes comunidades, contextos organizacionais e institucionais. Deve visar, igualmente, formar profissionais para participar de trabalhos de equipes compostas por agentes de diferentes áreas e experiências.

Convém ressaltar que um passo importante na elaboração do projeto de Pós-Graduação pautou-se pela definição do conceito ambiente como articulador epistemológico da interdisciplinaridade. Para compor o corpo permanente do programa e responder à exigência da CAPES de produtividade de seus professores foram chamados especialistas dos dois grupos interdisciplinares já existentes em Pinheiro: de Ciências Naturais (químicos, físicos, geógrafos¹² e biólogos) com maior produtividade, de acordo com as normas fixadas pela área de Ciências Ambientais da CAPES (Qualis das publicações que constam nos currículos dos professores) e de Ciências Sociais e Humanas (historiadores, educadores, sociólogos e outros).

A definição do projeto de Pós-Graduação baseou-se na interdisciplinaridade Ambiental e na experiência do corpo docente, assim como sua localização em um contexto de situação de risco. No Maranhão, durante o período desenvolvimentista (coincidiu com a ditadura militar), as comunidades negras e indígenas foram expropriadas para facilitar a entrada do capital sob a orientação da Economia como disciplina mestre. Apesar das graves consequências derivadas do tal projeto de desenvolvimento, as medidas de reparação não chegaram à Amazônia Maranhense. Para o ano de 2012, as potencialidades da Universidade Federal de Maranhão e as possíveis vias para a recuperação da região exigiam uma orientação teórica embasada no diálogo entre disciplinas. Isso ficou claro desde o primeiro momento, mas o programa, ainda nesse ano, não tinha definido o conceito chave para a articulação interdisciplinar.

A escolha de Ambiente e a incorporação do programa à área de Ciências Ambientais da CAPES foi um caminho cheio de obstáculos. Foram organizados seminários para definir os alinhamentos teóricos do programa em torno do ambiente. Tinha-se debatido a possível preeminência disciplinar daqueles professores com mais presença dentro do programa, seja pelo currículo ou pelo peso numérico dentro dos programas interdisciplinares das duas licenciaturas que estruturavam o curso de Pinheiro: Licenciatura em Ciências Naturais e Licenciatura em Ciências Sociais e Humanas. Parecia possível com o conceito ambiente alcançar a articulação entre os dois grandes campos disciplinares por duas razões: 1) A complementaridade disciplinar não eliminava os objetivos e metas das disciplinas particulares na ação social; 2) Os objetivos parciais das ciências particulares poderiam se confrontar na pesquisa e nas ações, beneficiando o diálogo entre professores/pesquisadores e oferecendo respostas mais globais em correspondência com a interdependência que existe no mundo real. Ambiente é, simultaneamente, um conceito que envolve aspectos tanto físico como natural, social e humano, o que amplia o nível de complexidade.

O ambiente, como é previsível, exigia respostas sobre a interação natural e humana. Nesse caso, portanto, a aplicação do conceito provoca encadeamento dos sistemas e impede a

¹² Os geógrafos abrangem tanto Ciências Naturais como Sociais e Humanas mas em Pinheiro permanecem no grupo das Ciências Naturais.

redução a um objeto autossuficiente e fechado. Um passo importante refere-se ao trabalho coletivo acontecido durante os seminários com professores de diferentes especialidades, que permitiu superar o preconceito de ver ambiente atrelado a um campo disciplinar específico.

Um objetivo fundamental para trazer o conceito Ambiente como conceito chave teve também relação com a responsabilidade social da Universidade em um contexto de risco e conflito social, que está sendo ameaçado pela expansão do agronegócio. Nos últimos anos, as pesquisas têm revelado que na região sobrevivem algumas espécies endêmicas desaparecidas das outras regiões amazônicas. Há, no entanto, outro fator que se sobressai e diz respeito à incorporação da mulher, as denominadas quebradeiras de coco, à atividade econômica extrativista, uma vez que a Baixada Ocidental Maranhense concentra os maiores babaçuais do país.

O conceito ambiente, sem dúvida alguma, exige efetiva participação de cientistas sociais e humanos, como tínhamos mencionado antes. Esse é o campo que apresenta as maiores dificuldades para ser organizado, porque poucas publicações foram avaliadas de modo favorável pelo Qualis da área de Ciências Ambientais da CAPES, ainda nos casos de possuir Qualis A pela sua disciplina de origem. Essa situação provoca uma menor produtividade de seus professores em relação com os de ciências naturais e os das ciências da vida. A linha de pesquisa da Área de concentração Interdisciplinar em Estudos Ambientais que integra os pesquisadores de Ciências Sociais e Humanas projetou-se ao estudo das relações Ambiente e Cultura, com grandes potencialidades para a pesquisa nas comunidades tradicionais amazônicas.

Um campo de pesquisa em etnobiologia oferece grande potencialidade para essa linha de pesquisa. Alguns poucos pesquisadores no Brasil, procedentes de Rio de Janeiro e de São Paulo, desenvolveram suas pesquisas sobre a Amazônia principalmente nesse campo de pesquisa, mas ainda lhes falta uma maior integração com as disciplinas humanas e sociais, para que a etnobiologia alcance os fins sociais e humanos dessas ciências. É interessante enfatizar que muitas pesquisas sobre Amazônia Legal estão sendo realizadas nas universidades e centros de pesquisa do sudeste. Nesses casos, os pesquisadores interagem com o seu objeto de pesquisa (Amazônia) por um curto tempo, apenas o tempo de realização de sua pesquisa. Diferente, no entanto, é a integração de pesquisadores cuja convivência permite que conheçam a cultura, a situação socioeconômica da Região Amazônica, porque os pesquisadores são parte desse contexto.

Conforme Winant (1992) os processos de significação são construções sociais discursivas, inclusive as das ciências. Nesse sentido operam todas as construções, sejam desde o campo da pesquisa ou das instituições. A equipe da Linha de pesquisa, Ambiente e Cultura, está tentando reconstruir o conceito etnobiologia desde o campo das ciências sociais, humanas e as artes. Mas, esse diálogo entre as ciências naturais e as culturais na etnobiologia¹³ encontra-se nos seus primeiros passos, como apontado antes, e ainda com um predomínio do olhar das ciências da vida. Estas incorporaram o conceito étnico para enfrentar as limitações das pesquisas que tinham como centro a biodiversidade, porém

¹³ O estudo científico da biologia, sendo o estudo da dinâmica de relacionamentos entre as pessoas, ou seja, a adaptação do homem a determinados ambientes, valorizando a tradição e seus grupos culturais. (Posey, 1987)

ainda falta desenvolver outras faces das ciências sociais e humanas. A importância do grupo que integra a linha Ambiente e Cultura, localizado na Amazônia Maranhense é visível com uma simples leitura dos informes e estudos das instituições responsáveis pela preservação amazônica. Na conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) no Rio de Janeiro de 1992 foi lançada a Convenção sobre Diversidade Biológica ou Biodiversidade. No artigo 8 da Convenção alertava-se que para a conservação das regiões amazônicas há de se estimular a permanência das populações tradicionais¹⁴.

No ano de 2007 foi publicado o mapa dos biomas de Brasil (Áreas Prioritárias para conservação), do uso sustentável e da repartição de benefícios da biodiversidade brasileira: atualização¹⁵, chamando a atenção sobre as áreas prioritárias para conservação e a necessidade de dar apoio às comunidades tradicionais. A iniciativa do Ministério do Meio Ambiente de criar as unidades de conservação, cuja responsabilidade era a de fixar e entregar às comunidades os passivos das empresas (as dívidas que empresas e autoridades governamentais têm pela sua responsabilidade com o desmatamento) ficou apenas no papel, principalmente na Amazônia Maranhense. Essa situação cria obstáculos para o apoio financeiro às comunidades tradicionais pelos serviços ambientais¹⁶.

Segundo um Informe do TCU há um baixo aproveitamento do potencial econômico, social e ambiental das áreas amazônicas, sem dúvida também podem ser obtidos retornos financeiros pelas suas expressões culturais. Nos últimos anos, o Ministério de Cultura tem investido com a criação da Secretaria da Economia Criativa¹⁷. Porém, conforme o TCU, os obstáculos para a conservação procedem de fragilidades que dificultam a gestão pública; as concessões florestais; a falta de fomento às atividades extrativistas e as atividades de pesquisas e monitoramento. Algumas pesquisas têm demonstrado as deficiências dos Relatórios de Impacto Ambiental (RIMAS) utilizadas para avaliar projetos de concessão de ambientes de conservação para algumas empresas. Essas avaliações, sobretudo, não consideraram a sustentabilidade das comunidades que moravam nesses locais, facilitando o descaso com elas¹⁸.

Segundo vários autores, no Brasil há geração escassa de inovação com produtos oriundos da natureza e inclusive pouco tem se avançado no conhecimento de espécies¹⁹, e essas carências podem também ser solucionadas mediante o fomento de vínculos entre a Universidade e as comunidades tradicionais, quando ambas compartilham o mesmo espaço.

As pesquisas também apontam para a potencialidade dos conhecimentos das populações tradicionais. Sabe-se, por exemplo, que muito dinheiro em patentes estrangeiras procede de conhecimentos de populações tradicionais de Brasil e os mestres desses saberes não receberam nada. Na obra *Biodiversidade e conhecimentos tradicionais associados: implementação da legislação de acesso e repartição de benefícios no Brasil*, de Simone Nunes Ferreira e Maria José Amstalden Moraes Sampaio, os autores afirmam que o

¹⁴ Viera Arruda, Ferreira da Silva, Barboza Figols, Andrade, Dieguez, 2000.

¹⁵ Ministério do Meio Ambiente, Secretária de Biodiversidade e Florestas, 2007.

¹⁶ Lei Nº 12 512/2011; Santos; Brito Maschietto, et al., 2012.

¹⁷ Existe uma Secretaria da Economia Criativa no Ministério de Cultura desde o ano de 2012 que apoia essas iniciativas.

¹⁸ Fonseca de Medeiros, 2009, Martins Araujo, 2014, p.229-246.

¹⁹ Andrade, Bulhões Mossri; Bonciani Nader, 2013, p 45-52.

“acesso a recursos genéticos, conhecimentos tradicionais associados e repartição de benefícios são temas estratégicos para um país como Brasil que contém mais de 90% da diversidade biológica do planeta”. Outros autores²⁰ têm alertado sobre o uso desses conhecimentos para patentes estrangeiras sem o reconhecimento das comunidades indígenas ou quilombolas e, pior ainda, sem o retorno financeiro a que teriam direito. A incorporação dos dados procedentes dos conhecimentos, expressões culturais, músicas, relatos no Sistema Nacional de Cultura é um passo que leva a obstaculizar essas práticas predatórias.

Em um campo interdisciplinar no qual o ambiente se constitui na palavra eixo cabe relacionar que cultura e ambiente oferecem os elementos fundamentais para a apreensão do ambiente nos seus aspectos sociais, históricos, literários, etnográficos, antropológicos, assim como para complementar com objetivos humanistas as pesquisas das ciências naturais e das ciências da vida. O conceito ambiente leva a estabelecer a relação entre o homem e o espaço em que ele vive e sobre o qual interfere. Em outras palavras, aborda as inter-relações da complexidade ambiental interrogando o tempo humano desde diferentes racionalidades ambientais²¹.

A importância do programa de Pós-Graduação para a região reside na possibilidade de desenvolvimento educacional para o Estado do Maranhão, mediante a sustentabilidade da Amazônia Maranhense, tendo como centro a cidade de Pinheiro. O curso contribuirá para que UFMA cumpra com seu papel de pertinência social mediante pesquisas que potencializem os desenvolvimentos econômico, social e cultural, não só mostrando os problemas, mas como estes poderiam ser resolvidos, oferecendo, assim, orientação para as políticas públicas.

Considerações Finais

Considera-se, finalmente, que este artigo cumpre sua finalidade maior que é dar visibilidade ao mundo acadêmico sobre o primeiro curso de Pós-Graduação, dentro da área de Ciências Ambientais, no município de Pinheiro, Amazônia Maranhense, podendo apoiar a promoção da economia criativa, visando à sustentabilidade social e ambiental da região.

O curso objetiva sensibilizar e conscientizar tanto o poder público, a sociedade civil como as entidades acadêmicas internacionais da importância da Amazônia Maranhense para a conservação da Amazônia na sua integralidade. A constituição de grupos de pesquisa na Amazônia Maranhense é um acontecimento de transcendência pela sua projeção endereçada a transformar o contexto amazônico que, até o presente momento, é um

²⁰ Carneiro, Nazareno, 2014.

²¹ Leff, 2000(a), 2000b. Morin, 1990; Morin, 2009; Montes & Leff, México, 2000. Prigogine & Morin, 1998.

simples objeto de pesquisa em um espaço de proteção e conservação das diversidades naturais e sociais amazônicas.

Nesse sentido, a sociedade deve ser mobilizada para o cumprimento da legislação quanto a medidas para a recuperação das áreas com risco de integridade da Reserva Biológica e das terras indígenas e quilombolas, por ser um dos itens previstos pela Pós-Graduação.

Bibliografia

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de, SÁ, Laís Mourão. *Questões agrárias no Maranhão contemporâneo*. São Luís: mimeo, 1976.

ANDRADE, Rute Maria Gonçalves de; BULHÕES MOSSRI, Beatriz de; BONCIANI NADER, Helena. Recursos Genéticos. In: Simone Nunes Ferreira e Maria José Amstalden Moraes Sampaio (orgs) *Biodiversidade e conhecimentos tradicionais associados: implementação da legislação de acesso e repartição de benefícios no Brasil*. Brasília: SBPC: 2013, p. 45-52.

AYRES, Robert O, KNEESE, Allen V. Production, Consumption and Externalities. In: *The American Economic Review*. V. 59, n. 3, p.282-297, Jun 1969.

BELLO FILHO, Wilson de Barros. *História do Planejamento Econômico no Maranhão: uma arqueologia dos planos estaduais de desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Papel Virtual, 2004.

CARNEIRO, Selvia Lima de; NAZARENO, Elias. Territórios ameaçados, saberes ressignificados: A cartografia social como possibilidade nas estratégias de luta dos Papirapé. In: Olga Cabrera (Org) *Interdisciplinaridade e ambiente*. São Luis: EDUFMA, 2014.

COMMONER, B. *Ecology and social action*. Berkeley: University of Columbia Press, 1973.

CORDEIRO, Renata dos Reis. *Velhos conflitos em novas causas: um estudo sobre processos de ambientalização nos discursos do Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu, no Maranhão*. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal do Maranhão, Centro de Ciências Humanas, São Luis, 2008.

ESTATUTO DO IDOSO DO BRASIL - Lei N 10.741, DE 1º de Outubro de 2003.

FONSECA DE MEDEIROS, Hermes. *Avaliação de impactos do projeto de aproveitamento hidroelétrico de Belo Monte sobre a vida selvagem, incluindo implicações Socioeconômicas*. Altamira, 08 de setembro de 2009. Doc. em pdf

GRUPO PERMANENTE DE TRABALHO INTERINSTITUCIONAL. *Plano de ação para prevenção e controle do desmatamento e das queimadas no Estado de Maranhão*. São Luis: Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Naturais, 2011.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. Estudos e pesquisas: Informação Demográfica e Socioeconômica Nº 32. *Síntese de Indicadores Sociais: Uma análise das condições de vida da população brasileira 2013*. Rio de Janeiro, 2013. ISSN 1516-3296. Disponível em: ftp://ftp.ibge.gov.br/Indicadores_Sociais/Sintese_de_Indicadores_Sociais_2013/SIS_2013.pdf

INSTITUTO MARANHENSE DE ESTUDOS SOCIO ECONÓMICOS E CARTOGRÁFICOS-IMESC. *Índice de desenvolvimento Municipal. IDM*. Governo do Estado de Maranhão. Secretaria de Estado de Planejamento e Orçamento. SEPLAN, 2010.

LEFF, Enrique. Ambiente e articulación de las ciencias. In: *Perspectiva ambiental del desarrollo del conocimiento. Los problemas del conocimiento y la perspectiva ambiental del desarrollo*. México, 2000.

MARTINS ARAÚJO, Alexandre. Uma história com fim nos eucaliptais. In: Olga Cabrera. *Interdisciplinaridade e Ambiente*. São Luís: EDUFMA, 2014.

MARTINS, Marlúcia, Bonifacio; OLIVEIRA, Tadeu Gómes. *Amazonia Maranhense. Diversidade e conservação*. Belém: Museu Pananaense Emilio Goeldi, 2011.

MAY, Peter Herman. *Palmeiras em chamas: transformação agrária e justiça social na zona do babaçu no Maranhão*. São Luís: EMAPA/FINEP/FUNDACAO FORD, 1990.

MESQUITA, Benjamin Alvino de. *A transformação da pecuária bovina no Maranhão sob a ação governamental e as forças de mercado: ritmos e rumos da ação do capital no período de 1970 a 2000*. Tese de Doutorado/Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas-UFMA. São Luís: PGPP/UFMA, 2006.

MORIN Edgard. *Introducción al pensamiento complejo*. Barcelona: Gedisa, 1990.

MORIN, Edgard. *Educação e complexidade. Os sete saberes e outros ensaios*. São Paulo: Cortez editora, 2009.

MONTES, José Maria & LEFF, Enrique. Perspectiva ambiental del desarrollo del conocimiento. In: *Los problemas del conocimiento y la perspectiva ambiental del desarrollo*. México, 2000.

MÚNIZ F.H. A vegetação da região de transição entre a Amazonia e o Nordeste: diversidade e estrutura. In: Emanuel Gomes de Moura (Org). *Agroambiente de transição e o trópico úmido e o semi arido do Brasil: atributos, alterações e uso na produção familiar*. 2a. edição. São Luis: Programa de Pós Graduação em Agroecologia/UEMA. V.1, p. 53-59, 2006.

PESQUISA NACIONAL POR AMOSTRA DE DOMICÍLIOS - PNAD 2012.

POSEY, D.A. Introdução: Etnobiologia: Teoria e Prática. IN: RIBEIRO, D. (ed.), *Suma Etnológica brasileira*. Petrópolis: Vozes/FINEP. V1, Etnobiologia. 1987, p. 15-25.

PRIGOGINE, L, MORIN. *A sociedade em busca de valores. Para fugir à alternativa entre o otimismo e o dogmatismo*. São Paulo: Instituto Piaget, 1998.

RESOLUÇÃO n. 83 – CONSUN, de 02 de dezembro de 2005. Cria a Unidade Acadêmica denominada Centro de Ciências Sociais, Saúde e Tecnologia na estrutura da UFMA, no Campus II, com sede no município de Imperatriz.

SANTOS, Eloíza Marinho dos; OLIVEIRA, José Batista de. A formação dos profissionais da educação na região tocantina: a contribuição do Curso de Pedagogia (UFMA-Imperatriz). In: CRUZ, Mariléia dos Santos (org.). *História da Educação de Imperatriz: textos e documentos*. Imperatriz: Ética, 2012.

VIERA ARRUDA, Rinaldo Sergio; FERREIRA DA SILVA, Viviane Capezuto; BARBOZA FIGOLS, Francisca Ainda; ANDRADE, Daniela, DIEGUEZ, Carlos. Os Saberes Tradicionais e a Biodiversidade no Brasil Antônio (ORG). *Nupaub-Núcleo De Pesquisas Sobre Populações Humanas E Áreas Úmidas Brasileiras* São Paulo: Universidade De São Paulo, 2000. <http://portal.iphan.gov.br/baixaFcdAnexo.do?id=3810>

WINANT, H. Rethinking race in Brazil. *Journal of Latin American Studies*, no. 34 (Part I), 1992, p. 173-192.

© Copyright Olga Cabrera, Julia Kátia Borgneth Petrus, Rickley Leandro Marques, 2015

© Copyright *Biblio3W*, 2015

Ficha bibliográfica:

CABRERA, Olga; PETRUS, Julia Kátia Borgneth; MARQUES, Rickley Leandro. O desafio da pós-graduação no portal amazônico maranhense. *Biblio 3W. Revista Bibliográfica de Geografía y Ciencias Sociales*. [En línea]. Barcelona: Universidad de Barcelona, 5 de agosto de 2015, Vol. XX, nº 1.128. <<http://www.ub.es/geocrit/b3w-1128.pdf>>. [ISSN 1138-9796].